



UESB
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO SUDOESTE DA BAHIA



**XIII Colóquio Nacional
VI Colóquio Internacional
DO MUSEU PEDAGÓGICO - UESB**
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

**15 a 18
outubro
2019**

MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE TRABALHADORES EM LUTA PELA TERRA: JANAÚBA/MG (1960-1980)

Auricharme Cardoso de Moura
Colégio Estadual Antônio Carlos Magalhães (CEACM-SEC/BA), Brasil
Endereço eletrônico: auri.historia@hotmail.com

A presente pesquisa, desenvolvida em minha tese de doutorado intitulada *Política Desenvolvimentista e Mundo dos Trabalhadores: hegemonia e contra-hegemonia às margens do rio Gorutuba-MG (1950-2016)*, defendida no primeiro semestre de 2019, junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, versa sobre as experiências e memórias de trabalhadores de Janaúba, norte de Minas Gerais, em meio a tentativa do governo militar de desapropriar suas terras para a expansão do Projeto de Irrigação do Gorutuba (PIG) no final da década de 1970.

Na década de 1970 foram construídos, no Norte de Minas, os projetos Gorutuba (em Porteirinha), Pirapora (no município homônimo) e iniciado o projeto Jaíba (que abrange Jaíba e Matias Cardoso). Esses projetos, com exceção do Pirapora, estão inseridos na região do Médio São Francisco, sendo que o primeiro tem como fonte hídrica o rio Gorutuba e os demais o rio São Francisco. Segundo o planejamento estatal, a irrigação poderia reduzir as desigualdades regionais, aumentar a produção e a produtividade agrícola, dinamizar a agropecuária no semiárido e incentivar a geração de emprego e renda.

Para garantir a construção da chamada bacia hidráulica (a barragem do Bico da Pedra) e a bacia de irrigação (o perímetro irrigado do Gorutuba), o Governo Federal determinou a saída de centenas de pessoas que viviam nas margens direita e esquerda do rio Gorutuba, respectivamente nos municípios de Porteirinha e Janaúba. Em uma primeira etapa, ocorrida entre os anos de 1974 a 1978, cerca de 2000 produtores rurais de Porteirinha foram desapropriados pelo Dnocs (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas) e pela Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Alto Parnaíba).

Na segunda etapa, o Decreto nº. 83.187, de 19\2\1979, salientava, entre outros pontos, que a Codevasf tinha autorização para expropriar uma área de terra de 19.000

DISTOPIA, BARBÁRIE E CONTRAOFENSIVAS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO



hectares na margem esquerda do rio Gorutuba por ser declarada de utilidade pública e interesse social. Parte dos recursos para investimento nas obra de continuidade do perímetro irrigado do Gorutuba seriam adquiridas por um financiamento realizado pelo Governo Federal junto ao Banco Mundial.

Enquanto o planejamento de agentes públicos e privados propunham que o lado esquerdo do rio Gorutuba participasse de um “desenvolvimento integrado”, os produtores rurais questionaram a falta de informações, a inexistência de participação popular e, finalmente, as desapropriações. Estes diferentes olhares e conceitos sobre o viver/trabalhar no campo atravessaram a década de 1980 e tem reflexos na memória e realidade dos sujeitos nos dias atuais.

As condições sociais semelhantes, a interação baseada no “afeto da terra”¹ e a situação comum de ameaça ao direito à propriedade fizeram com que houvesse uma consciência entre os sujeitos de que a luta em defesa da terra deveria compor uma agenda política comum e compartilhada, embora esta percepção fosse desenvolvida em tempos e formas distintas na vida de cada trabalhador.

Diante da realidade adversa, o Sindicato dos Produtores Rurais de Janaúba, fundado em 29 de março de 1980, a Federação dos Trabalhadores da Agricultores do Estado de Minas Gerais (Fetaemg), criada em 1968, e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), fundada, no Norte de Minas, em 1982, promoveram diversas formas de luta e resistência para garantir o direito à terra aos produtores rurais.

Por meio da CPT e das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) foram criados boletins informativos como *Pelejando* e *Integração* que se mostraram importantes na organização e divulgação das lutas, experiências e demandas dos trabalhadores rurais. Ambos os jornais, criados pelas Dioceses da Igreja Católica, eram conhecidos por diversas entidades de classe e movimentos sociais, sejam do campo ou da cidade. Uma imprensa produzida por trabalhadores e para trabalhadores abria uma fissura na hegemonia de jornais produzidos na região que, por serem financiados por grupos empresariais e a eles articulados, acabavam por negligenciar ou diminuir as lutas e experiências daqueles que não faziam parte de seu grupo de interesse.

¹ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O Afeto da Terra*. Campinas: Unicamp, 1999.



UESB
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO SUDOESTE DA BAHIA



**XIII Colóquio Nacional
VI Colóquio Internacional
DO MUSEU PEDAGÓGICO - UESB**
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

**15 a 18
outubro
2019**

Reuniões no sindicato, na igreja, praças ou nos quintais das casas dos produtores rurais não podem ser vistos como escolhas aleatórias ou simples lugares sem representação cultural e simbólica, mas devem ser vistos como “eixos onde gira a história”.² Os locais de reunião tinham reconhecimento e identificação por parte dos trabalhadores, fazendo com que eles se sentissem livres para expor suas opiniões, para o debate e procura de solução para os seus problemas.

A terra era tida como um lugar de reconhecimento e pertencimento, um espaço no qual os proprietários desenvolviam práticas de sociabilidades, trabalho, lazer e diversão. Não se trata apenas pensarmos a terra como elemento monetário, pois é preciso compreendê-la, nesse caso, como ponto fulcral das relações sociais e culturais, isto é, a especialização do homem do campo se justifica pelas suas relações cotidianas. Analisando a partir desse prisma, entende-se que o espaço vivido pelos sujeitos não se restringe apenas às questões econômicas, as quais também não podem ser negligenciadas.

Os diversos documentos analisados (narrativas orais, jornais, revistas, relatórios produzidos por órgãos governamentais, processos e decretos judiciais, atas de associações, mapas, fotografias e imagens) são compreendidas como linguagens constituídas de significados e sentido que fazem parte da dinâmica do mundo ao estabelecerem memórias e buscarem a articulação de experiências sociais em torno de determinado projeto de sociedade.

Os registros históricos expressam como relações sociais, políticas e ideológicas foram construídas dentro de uma dinâmica e processo que frequentemente impõem novos desafios à sobrevivência dos trabalhadores. A análise das fontes, em sua totalidade e de modo relacional, indicam como o espaço gorutubano foi pensado, construído, habitado, subjetivado e transformado a partir de demandas e interesses de diferentes grupos sociais.

Entre as fontes elencadas, destacamos a importância das entrevistas para compreensão do processo histórico-social. A história oral foi uma metodologia

² Ao se referir a organização dos trabalhadores na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX, Thompson salienta que temas políticos e econômicos estavam presentes em encontros informais “onde gira a história”. Desta forma, destaca que “eis a função da reunião, tanto como ocasião social quanto centro para a atividade política (...). Eis, acima de tudo, a determinação de propagar opiniões e de organizar os adeptos”. THOMPSON, E. P. Prefácio. **A formação da classe operária inglesa: árvore da liberdade**. Vol. 1. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, v. 1, 1987, p. 19-20.



importante para perceber a dinâmica social e histórica pelo viés de sujeitos que não tiveram seus rostos e falas estampados nos jornais, onde o acesso à palavra escrita é restrito e, por estes motivos, sempre foram vistos e representados a partir da fala de outras pessoas e entidades que se colocaram como autorizados a falarem em seus nomes.

Os trabalhadores constroem suas relações com o tempo e com os fatos históricos de modo a interpretá-los de forma pessoal, ou seja, não apenas narram o evento de modo imparcial e distante, mas evidenciam como participam da história e como percebem, sentem e vivem suas transformações, permanências, continuidades e rupturas. Alistair Thomson pondera que a história oral “permite entender como as matrizes em movimento das forças sociais impactam e moldam os indivíduos, e como os indivíduos, por sua vez, respondem, agem e produzem mudanças na arena social mais ampla.”³ Deste modo, é na relação presente-passado-presente que são forjadas as interpretações e significados das experiências, assim como a constituição de memórias, aqui entendidas como fato histórico e materializadas em projeto social.

As análises centralizaram-se nas lutas por espaços e direitos, tensões e disputas, elementos de dominação e resistência, redes de sociabilidades e reciprocidades, composição e reordenação de valores, costumes e memórias forjados dialeticamente dentro do movimento histórico de embates e tensões envolvendo trabalhadores, agentes governamentais e empresários rurais.

No exercício de buscar compreender a cultura, aqui entendida como “modos de luta e de vida”⁴, fez-se necessário refletir sobre diferentes subjetividades e temporalidades dentro de um mesmo processo histórico-social. As vivências dos produtores rurais não são descoladas de um processo maior que envolve outros agentes e agências que compõem as relações de força e poder.

Ao compreender memórias como um campo de conflitos e de disputas, intencionamos trazer para o debate historiográfico os múltiplos sentidos e significados do passado e do presente. Por conseguinte, mister se faz diluir e questionar estruturas pré-moldadas e autorreguladoras, apresentadas sob a forma de modernização,

³ THOMSON, Alistair. **Histórias (co)movedoras**: História Oral e Estudos de Migração. In: Revista Brasileira de História. Vol. 22, Nº 44, São Paulo, 2002, p. 345.

⁴ HALL, Sturt. **Notas sobre a desconstrução do “popular”**. In: SOVICK, Liv (Org.). Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009, p. 243.



desenvolvimento e capitalismo, que interpretam o processo histórico como um tempo único, homogêneo e universal.

A abordagem social nos leva a compreender como sujeitos simples e comuns se movimentam, interpretam, pressionam e são pressionados ao longo do movimento histórico-social que é constitutivo de suas memórias, valores e experiências. O trabalho, relações de trabalho e aspectos culturais estão interligados neste processo e são inerentes à formação de memórias\hegemonias, reordenadas e transformadas constantemente.

A permanência dos trabalhadores no campo envolveu lutas, conflitos e tensões, mas também incorporações, negociações e aceitações. Neste sentido, compreendemos que na disputa social por espaço e direitos, a hegemonia aparece como processo marcado por constantes modificações, recriações, rupturas e adaptações a partir das movimentações, experiências e pressões dos grupos subalternos, o que significa dizer que a realidade de qualquer hegemonia é de que, embora por definição seja sempre dominante, jamais será total ou exclusiva.⁵ O caráter hegemônico de uma concepção política ou cultural está sempre aberto a contestações e resistências, assim como a incorporações e aceitações.

PALAVRAS CHAVES: Mundo dos Trabalhadores; Janaúba; Hegemonia; Memória.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O Afeto da Terra**. Campinas: Unicamp, 1999.

HALL, Sturt. **Notas sobre a desconstrução do “popular”**. In: SOVICK, Liv (Org.). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.

THOMSON, Alistair. **Histórias (co)movedoras: História Oral e Estudos de Migração**. In: *Revista Brasileira de História*. Vol. 22, Nº 44, São Paulo, 2002.

THOMPSON, E. P. Prefácio. **A formação da classe operária inglesa: árvore da liberdade**. Vol. 1. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, v. 1, 1987.

WILLIAMS, Raymond. **Hegemonia**. In: **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1979.

⁵ WILLIAMS, Raymond. **Hegemonia**. In: **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1979, p. 111-117.